

**Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais
da Educação Básica**

ESPECIALIZAÇÃO EM “ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR”

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS
ALIMENTARES SAUDÁVEIS**

Maria Betânia de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de especialização “Alimentos, nutrição e saúde no espaço escolar”/COMFOR, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Alimentos, nutrição e saúde no espaço escolar.

Orientador(a): Débora Villetti Zuck.

Foz do Iguaçu
2016

EDUCAÇÃO ALIMENTAR: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS¹

Maria Betânia de Lima²

Débora Villetti Zuck³

Resumo: A escola é o lugar primordial para a formação e o desenvolvimento humano, de crianças e adolescentes. E, dentro desta, pode abranger ações de promoção à saúde e para a formação da consciência para uma alimentação adequada e saudável para a construção do conhecimento crítico e que estimule um viver com qualidade, hoje e no futuro. Sabe-se que promover a educação alimentar e nutricional não é uma tarefa fácil e exige a compreensão dos seus limites, como o nível de envolvimento dos alunos, a qualificação do professor, a função do nutricionista e a qualidade da refeição servida na escola. No entanto, trata-se de uma questão que merece ser trabalhada e discutida, pois relacionada à saúde, que é um tema transversal no currículo escolar. Desta forma, este estudo objetivou centralmente compreender a importância da escola para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Para tanto, por meio da pesquisa bibliográfica buscou entender o que é alimentação e nutrição, considerando que são relevantes para o desenvolvimento dos adolescentes. Na pesquisa documental, foram levantados documentos legais e oficiais no âmbito da educação alimentar e nutricional que podem ser trabalhados na escola e que se traduzem em importantes políticas a nível nacional. Inclusive, apontando para a necessidade de ações intersetoriais, principalmente entre saúde e educação em prol da conscientização sobre educação alimentar e que, de forma interdisciplinar no interior da escola, promovam práticas alimentares adequadas e saudáveis. No sentido de conscientizar os educandos sobre a importância da alimentação saudável e adequada no seu cotidiano e de levá-los a identificar a importância da escolha para uma alimentação saudável e adequada, por meio de uma proposta de intervenção na escola propôs-se o desenvolvimento de algumas atividades com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. Esta demonstrou, além do interesse dos educandos sobre a temática, a possibilidade de trabalho interdisciplinar em sala de aula e conexões entre educação e saúde, via professor e nutricionista, por exemplo, que favorecem a promoção da saúde. Compreende-se que as políticas são necessárias, pois indicam direitos sociais a serem efetivados e a escola pode trabalhar em prol de sua conscientização e concretização, uma vez que o Brasil convive com situações extremas: de um lado, a desnutrição e a carência de nutrientes e, de outro, as altas e crescentes taxas de obesidade e outras doenças associadas à alimentação, cada vez mais presente entre crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação Alimentar; Escola; Educando; Políticas Públicas; Alimentação e Nutrição.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de especialização em Alimentos, Nutrição e Saúde no Espaço Escolar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

² Aluna do Curso de Especialização em Alimentos, Nutrição e Saúde no Espaço Escolar da UNILA. Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) / Campus de Foz do Iguaçu-PR.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Pedagoga UNILA; Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS) da UNIOESTE / Campus de Cascavel-PR. Orientadora deste trabalho.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem direito a uma alimentação saudável para viver bem, em suas diferentes fases da vida. Fatores individuais, psicológicos, ambientais, socioculturais e econômicos, influenciam a escolha dos alimentos e a formação dos hábitos alimentares (BRASIL, 2006a).

E, enquanto resultado do meio cultural, é herdeiro de um longo processo cumulativo de conhecimentos e experiências adquiridas pelas numerosas gerações que viveram antes dele, e que são socializados, entre outros espaços, na escola. Pela ótica da antropologia do alimento, essas experiências mostram a importância da cultura para o indivíduo quando se fala do alimento: alimentar-se é abrir uma janela para o mundo, pois o alimento tem uma carga social (BARBOSA et al., 2013).

O ato de alimentar-se é inerente à vida e está intimamente ligada à saúde. Nos educandos, ainda, se relaciona ao bom desenvolvimento pedagógico e tanto a educação como a saúde são preocupações de pais e responsáveis.

A escola é um lugar importante na definição e socialização de conhecimentos, e para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde com qualidade de vida. Nessa perspectiva, além dos conteúdos curriculares preverem a incorporação de conteúdos transversais e com o trabalho interdisciplinar, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), pode-se romper com propostas pedagógicas tradicionais que fragmentam o processo educacional, não permitindo o real desenvolvimento integral do ser humano.

Assim, esta pesquisa, ao falar de educação alimentar, tem como alvo principal os adolescentes na fase escolar, particularmente os educandos do 8º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto, de Foz do Iguaçu. Esta escolha se deve em razão da idade destes e porque era a turma em que atuava como educadora e tinha contato diariamente, observando seu comportamento, hábitos alimentares e o que socializavam a respeito da alimentação.

De uma forma geral, trata-se de um grupo social importante e que apresenta dificuldades em relação à alimentação saudável. Indagou-se, então: Por que o adolescente tem dificuldades para alimentar-se de forma adequada? Como a escola pode colaborar nesta conscientização da alimentação saudável?

Assim, o trabalho tem como tema a relação entre a escola e alimentação e nutrição dos adolescentes. Entende-se que o conhecimento é um passo inicial para que haja mudanças e que a escola pode por em prática ações de conscientização de hábitos alimentares saudáveis, visando ações de promoção da melhoria da saúde e mais qualidade de vida.

A ESCOLA, OS ADOLESCENTES E A ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A escola é o espaço que tem como função primordial a aquisição de conhecimento científico. E as interações interpessoais neste contexto, na relação professor-aluno e alunos-alunos, também podem propiciar a apropriação e a formação da educação alimentar.

Entende-se que a escola é um espaço dinâmico, vivo e a educação acontece quando há socialização de conhecimento e participação global. Para isso, precisa de planejamento e envolvimento de todos nas ações que serão realizadas. Essa é uma das condições materiais para que se concretizem processos formativos, que possam articular teoria e a prática, uma vez que,

A participação de todos os envolvidos no dia-a-dia da escola nas decisões sobre os seus rumos garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes “olhares” da realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas (GANZELI, 2000, p.3).

Sabe-se que as exigências do mundo contemporâneo requerem, cada vez mais, uma formação do sujeito envolvendo raciocínio lógico, criatividade, espírito de investigação, capacidade produtiva e vivência da cidadania. A saúde faz parte da formação humana e merece atenção especial. E atrelada a ela está a educação alimentar.

Para Barbosa et al. (2013) a educação deve estar a favor da formação de indivíduos realmente autônomos, uma vez que afirmam que é preciso desenvolver a cultura do direito à alimentação com a autonomia para a escolha, pois comer é uma experiência social que envolve trocas simbólicas, acordos e negociação constante sobre o significado dos alimentos em uma cultura. E o espaço escolar é favorecedor de ações transformadoras da realidade social, por isso as autoras valorizam a escola para a prática da alimentação saudável e adequada.

Destarte, ao possibilitar o contato de educadores e educandos com um conjunto de materiais já existentes sobre alimentação e nutrição, com a compreensão da argumentação teórica, abrirá as possibilidades de se reelaborar conhecimentos que poderão levar a conscientização e a mudança de sua realidade individual. Na escola, o professor é o principal elo para isso de fato acontecer, considerando a primordial função que ele exerce diante da turma. Além disso,

Reconhecer que do professor e do seu ofício depende a formação de pessoas para entender e atender a demandas do futuro e oferecer a estes profissionais referências que contribuem para uma reflexão sobre o sentido e o significado do trabalho que realiza, é mais do que uma responsabilidade. (SÃO PAULO, 2011, p.8).

Trata-se de uma ação reflexiva contínua a fim de alcançar as melhorias almejadas. E, no caso da educação alimentar, é preciso conhecimento sobre o tema para poder atuar, e uma das formas de se apropriar para realizar o trabalho pedagógico é por meio dos documentos legais e oficiais já produzidos e que fundamentam o assunto.

Para Barbosa et al. (2013) o alimento e a alimentação ao se apresentarem como elementos pedagógicos no espaço escolar, compondo propostas efetivas envolvidas com o currículo, poderão propiciar discussões que avançam em direção a análises mais ampliadas da realidade social e possibilitar o entendimento do espaço escolar como favorecedor de ações transformadoras da realidade social. Desta maneira, faz-se necessário uma definição mais clara sobre o entendimento acerca da alimentação e da nutrição.

Segundo Maciel (2001) na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois comer é uma necessidade vital. O quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar. Como um fenômeno social, a alimentação não se restringe a ser uma resposta ao imperativo de sobrevivência, ao comer para viver, pois se os homens necessitam sobreviver (e, para isso, alimentam-se), eles sobrevivem de maneira particular, culturalmente forjada e culturalmente marcada. A existência de diferentes sistemas culinários indica que as preferências alimentares são forjadas culturalmente. Cabe, então, um diálogo entre cultura e nutrição permitindo assim que o conhecimento leve a valorizar o conteúdo nutritivo do alimento sem perder o contexto histórico do indivíduo.

Conforme Krause, Escott-Stump e Mahan (1998), existe uma diferença entre os termos alimentação e nutrição. A alimentação é definida como um ato voluntário e consciente pelo qual o indivíduo obtém produtos para o consumo. Nutrição, por sua vez, é a ciência que estuda as diversas etapas que o alimento sofre ao ser introduzido no organismo, onde ocorrem os processos de digestão, absorção, metabolismo e eliminação de nutrientes.

Teichman (1987) também faz a diferenciação entre estes termos relacionando-os de forma bem simples. Para o autor, enquanto a alimentação ocorre de forma voluntária e consciente, a nutrição ocorre de forma involuntária e inconsciente. Desta forma, considera que a alimentação pode ser educada, mas a nutrição não, visto que as pessoas podem estar “bem” alimentadas, porém mal nutridas.

Segundo Krause, Escott-Stump e Mahan (1998), é através da nutrição que o indivíduo garante o material necessário às suas atividades físicas, biológicas e mentais, para que com

saúde possa normalmente nascer, viver e reproduzir-se. A alimentação normal é que favorece a perpetuação dos caracteres biológicos do indivíduo e da espécie através das gerações.

Engana-se quem pensa que a alimentação restringe-se a uma questão de sobrevivência e manutenção da saúde. Ela representa, também, um fator importante de prazer e convivência social, de modo que certos hábitos e padrões alimentares passaram a representar “status” socioeconômico que só podem ser garantidos por camadas das populações que possuem um elevado nível de renda.

Ao tratar aqui do adolescente, na fase escolar, entende-se que se refere ao sujeito em desenvolvimento que precisa de saúde para se desenvolver fisiológica e cognitivamente e, para isso, é preciso à alimentação adequada que supre as necessidades de acordo com as condições fisiológicas do indivíduo.

Conforme Santos et al. (2012), a adolescência é uma etapa da vida humana que pode ser vista em cores, vibrações, sentimentos, dinamismo e sensibilidade. A experiência do adolecer é universal - ou seja, todos os indivíduos vivenciam esse processo na transição da infância à fase adulta -, mas também é um período peculiar na evolução do ser humano.

Esse período é marcado por transformações físicas e psicossociais, bem como por conflitos relacionados a incertezas, inseguranças, construção e ao conhecimento da própria imagem corporal e autoestima.

Os hábitos alimentares também fazem parte da representação que o adolescente está formando e que está circundada por uma série de interferências: a história de vida do adolescente; o comportamento alimentar pregresso na sua infância; as crenças e os mitos alimentares; a influência da mídia no culto ao corpo e a boa forma física; as características socioeconômicas e culturais da comunidade a qual pertencem; bem como as diferenças de gênero, raça e religião.

É importante lembrar que a qualidade de vida é uma percepção do indivíduo, de acordo com seus objetivos, desta forma vislumbra-se o adolescente como protagonista da própria história, que critica, questiona, escreve seu próprio destino e pode transformar a realidade. A escola atual permite esta ação como propõem as Diretrizes Curriculares:

Um sujeito é fruto de seu tempo histórico, das relações sociais em que está inserido, mas é também um ser singular, que atua no mundo a partir do modo como o compreende e como dele lhe é possível participar. Ao definir qual formação se quer proporcionar a esses sujeitos, a escola contribui para determinar o tipo de participação que lhes caberá na sociedade. (PARANÁ, 2008, p.16).

Observa-se que a comunidade estudantil, em função da faixa etária e das diferentes influências culturais, apresenta grandes dificuldades em alimentar-se de forma adequada em

variedade e quantidade suficiente. E são vários os fatores que contribuem para essa falta de hábitos adequados: a aceitação dos diferentes sabores; a falta de apoio familiar, muitas vezes por falta de tempo dos pais; a grande influência das publicidades; e, também, a própria escola não enfatiza a educação alimentar, deixando esse âmbito apenas para a atuação do Programa da Merenda Escolar ou, ainda, muito sutilmente alguns educadores em suas aulas citam sobre o assunto.

Vale lembrar, ainda, que existe uma dificuldade em razão dos “modismos” na alimentação, que influenciam no momento das escolhas alimentares, ligados principalmente a produção de alimentos industrializados, ao papel exercido pela mídia na sua divulgação e a agitação da vida moderna.

Isso porque, a industrialização modernizou o processo de produção de muitos produtos alimentares e, por sua vez, trouxe uma mudança nos hábitos de alimentação e no próprio alimento. Este passou a ser apresentado, com uma publicidade forte e convincente, mascarado como mais saboroso, porém com um sabor artificial, com muito mais aditivos químicos, gorduras, sal e açúcar - que são mais prejudiciais à saúde do que o alimento não industrializado.

Para desmistificar essa questão, o comodismo deve ser deixado de lado e é necessário trabalhar diariamente na construção de hábitos saudáveis, conscientizando os adolescentes que “um pacote de salgadinhos e um refrigerante” não substituem uma refeição e que desenvolver hábitos alimentares saudáveis e adequados com uma alimentação saudável e bem balanceada certamente trará os benefícios para o resto de suas vidas.

Segundo Toral et al. (2009), a prática pedagógica em saúde mantém-se baseada na ideia de que a apresentação do saber instituído leva à aquisição de novos comportamentos. Assim, a difusão de informações sobre os benefícios de determinados alimentos e nutrientes e os malefícios de outros promove um aumento do conhecimento individual, o que, por sua vez, resultará em melhorias no comportamento alimentar.

Neste intuito, é cada vez mais necessário promover uma escola saudável buscando maior coerência entre os conhecimentos veiculados dentro da sala de aula e as práticas alimentares no ambiente escolar para que, conseqüentemente, o educando tenha uma alimentação saudável em todos os lugares no seu dia-dia.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a importância da escola para a formação de hábitos alimentares saudáveis. E os objetivos específicos são: entender o que é

alimentação e nutrição; identificar a importância da escolha dos adolescentes para uma alimentação saudável e adequada; levantar documentos legais e oficiais no âmbito da educação alimentar e nutricional que podem ser trabalhados na escola; e conscientizar os educandos sobre a importância da alimentação saudável e adequada no seu cotidiano.

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de fontes bibliográficas, como artigos científicos e livros sobre alimentação, nutrição e educação alimentar a partir dos quais foi elaborada uma revisão fundamentada teoricamente nos autores.

E também como fontes documentais. O levantamento de documentos legais e oficiais sobre o tema foi realizado em sites como do Ministério da Saúde e da Educação, dentre outros locais disponíveis, a partir do indicado no curso de especialização.

Dentre eles, estão: a Carta Magna de 1998, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Guia Alimentar para a População Brasileira, as cartilhas, produzidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), “Alimentação Saudável: fique esperto!” e “Noções Básicas sobre Alimentação e Nutrição”, entre outras que abrangem o escopo da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS) com foco na vigilância, atividades integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção.

Estes materiais foram estudados, e propôs-se a realização de um trabalho pedagógico na escola, com atividades direcionadas aos educandos do 8º ano, em que foram abordados atrelados aos conteúdos escolares aspectos presentes nessa base legal e oficial.

Esclarece-se que a apresentação destes materiais para os educandos não teve a intenção de pesquisar sobre seu domínio de conhecimento dos conteúdos e sim relacionar as informações existentes, que podem ser trabalhadas em sala de aula associadas aos conhecimentos científicos convertidos em saberes escolares, que podem colaborar na mobilização para a tentativa de conscientização e desencadear mudanças de hábitos alimentares. Assim, teve a finalidade de despertar neles o interesse e a curiosidade, além de incentivá-los a cuidar da própria saúde, visando qualidade de vida e bem-estar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como visto anteriormente, alimentar-se é um ato vital, o homem cria práticas e atribui significado àquilo que está incorporando a si mesmo, e isso vai além da utilização dos alimentos pelo organismo.

No Brasil, a legislação norteadora deu um importante passo para o trabalho a ser empreendido nesse assunto, ao estabelecer que, conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p. 5).

E, somente é possível falar do direito à alimentação, e que esta seja saudável e adequada, se observarmos a existência das políticas sociais.

As políticas sociais, são, assim formas e mecanismo de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. (FALEIROS, 2004, p.33).

As políticas, campos de tensionamento e disputa, são responsáveis oficialmente em promover, garantir, organizar e propagar por meio de planos, programas, ações e documentos, a realização de direitos, o que incide na conscientização da população como um todo.

Conforme a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006a), também conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências - a Segurança alimentar e nutricional (SAN) é

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006a, p.1).

O ser humano precisa de leis para se organizar socialmente, que lhe garantam direitos e deveres, que facilitem sua convivência de forma adequada. Sabendo da lei maior que fala do direito social à alimentação, esse aspecto é aprofundado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º - A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (BRASIL, 2006a, p. 1).

Quando se fala de segurança alimentar, aborda-se a oferta de alimentos em quantidade suficiente para a população e alimentos com qualidade adequada para consumo, na oferta regular e permanente de alimentos com diversidade de variedades e a garantia da soberania nacional na produção e oferta de alimentos (BRASIL, 2006a).

A referida lei é regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010a), que também institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

Sobre a importância de garantir a segurança alimentar, há, ainda, os aspectos regulados pela legislação em vigor, que são: lista de alimentos proibidos, lista de alimentos permitidos, alimentos com venda obrigatória, ações educativas, capacitação de cantineiros, alvará sanitário, assessoria técnica aos cantineiros, venda nas cercanias da escola, propaganda de alimentos, fiscalizações e sanções (BRASIL, 2010b).

A importância da alimentação para a saúde se faz presente há muitos anos nas discussões em âmbito nacional. O dever do Estado com a alimentação foi evidenciado pelo Ministério da Saúde, em 1999, com a edição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e alimentação.

A PNAN, em sua edição publicada em 2013, apresenta como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Para tanto, está organizada nas seguintes diretrizes: Organização da Atenção Nutricional; Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; Vigilância Alimentar e Nutricional; Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; Participação e Controle Social; Qualificação da Força de Trabalho; Controle e Regulação dos Alimentos; Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; e Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2013a).

O desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos constituem diretriz que perpassará todas as demais definidas na PNAN, configurando-se em mecanismos privilegiados de articulação entre os setores da saúde e da educação, de forma que o setor da saúde possa dispor de pessoal em qualidade e quantidade para atender o público que está envolvido nesse contexto. O trabalho conjunto com o Ministério da Educação, especificamente deverá ser viabilizado tendo em vista a indispensável adequação dos cursos

de formação na área da saúde, abordando todos os aspectos inerentes às diretrizes fixadas na PNAN, bem como especificamente ao que toca aos conteúdos que abrangem educação alimentar.

Entender, então, a fisiologia do estudante facilita na definição de estratégias para conscientizá-lo para a alimentação saudável. Neste âmbito, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, sob a responsabilidade do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Educação (FNDE), contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o desenvolvimento e o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.

São atendidos pelo Programa os alunos da Educação Básica, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e os alunos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios, por dia letivo para cada aluno, é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escolas: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino Fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50 (FNDE, 2016, p. 1).

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Os recursos do PNAE chegam à escola através do Programa da Merenda Escolar. Este serviço de alimentação nas escolas é um termômetro do compromisso com o desenvolvimento social, já que atende um público jovem e vulnerável, cujos gostos e modos de pensar ainda estão em formação.

Este Programa estimula os estudantes a adotarem uma alimentação diversificada, isso porque tem a preocupação de atender as características peculiares das escolas na tentativa de atendê-las corretamente, cumprindo sua função.

São encaminhados às escolas produtos que respeitam a cultura alimentar e as características regionais e étnicas, também aproveitando a agricultura familiar com um rigoroso controle de qualidade para que o alimento não sofra avarias e alteração de suas características de sabor, odor e textura durante o processo de transporte até o seu destino final, a escola.

Os produtos encaminhados para as escolas estaduais e municipais seguem as normas legais estabelecidas pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Ela prioriza a redução no consumo de sódio, açúcar e gordura e, também, de alimentos livres de corantes artificiais e conservantes (BRASIL, 2013b).

Outro mecanismo que trata de aspectos relacionados à alimentação nas escolas é a Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006 (BRASIL, 2006b), que institui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

Esse documento reconhece que a alimentação saudável é um direito humano e define eixos prioritários para promovê-la:

- I- Ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;
- II- Estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;
- III- Estímulo à implantação de boas práticas da manipulação dos alimentos nos locais de produção e fornecimentos de serviços de alimentação do ambiente escolar;
- IV- Restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e
- V- Monitoramento da situação nutricional dos escolares. (BRASIL, 2006b, p.1-2).

Além disso, define locais de produção e fornecimento de alimentos à escola, incluindo refeitório, cantina, entre outros, bem como um conjunto de ações a serem implementadas para se alcançar uma alimentação saudável, que para sua implementação está associada ao apoio dos estados e municípios (BRASIL, 2006b).

Seu propósito é apoiar a educação alimentar e nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição para melhorar os padrões vigentes, além de contribuir para a promoção de saúde. Para isso, aponta para a necessidade de ações

intersectoriais e transdisciplinares, fundamentadas a partir da articulação entre as políticas, o PNAE, a PNAN, a LOSAN, o Sistema Nacional de Segurança e Alimentação Nutricional (SISAN), entre outras.

Nessa perspectiva, explicita a intenção de união de esforços do Ministério da Saúde e da Educação para alertar toda a população sobre a importância de se valorizar a saúde. Além disso, considera que a alimentação não é puramente nutricional, mas é um ato social, inserido em um contexto cultural e que no ambiente escolar deve ter função pedagógica e estar inserida no currículo.

Na mesma perspectiva destas políticas, que são normatizações que orientam as decisões e estabelecem princípios que guiam ações, definindo papéis e responsabilidades, há o Guia Alimentar para a População Brasileira, organizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e que, como está expresso em sua definição,

[...] é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar nutricional no SUS e também em outros setores. (BRASIL, 2014, p.6).

O referido Guia está organizado de acordo com as políticas que regem a saúde no país e também pelas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele é um marco de referência para indivíduos e famílias, governos e profissionais da saúde sobre a promoção da alimentação adequada e saudável.

Desta maneira, é um instrumento propício para se trabalhar no ambiente escolar, pois dá acessibilidade aos conteúdos e de práticas alimentares apropriadas, estimulando a prática alimentar adequada com aspectos biológicos à promoção da saúde.

Com ele destaca-se, também, dois marcos de referência para políticas públicas intersectoriais de educação alimentar: o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional e o Marco de Referência da Educação Popular. Esses marcos são importantes, pois refletem um momento singular de ações no Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e no Plano Plurianual (PPA) que contribuem para a realização do direito humano à alimentação adequada e para a construção de um Brasil saudável, uma vez que

Tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados aos processos de produção, de distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. (BRASIL, 2012, p.15).

Em sua organização, o referido documento traz orientações que permitem ao cidadão brasileiro compreensão científica das ações em prol da mudança para bons hábitos

alimentares: conhecimento dos nutrientes, explicação sobre as porções adequadas, a diversidade de alimentos, a grande importância da ingestão de água e a prática de atividades físicas, entre outras. E incentiva a prática educativa, indicando a proteção de caráter regulatório (a legislação) como apoio factível para as práticas saudáveis, e que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar.

As práticas contidas neste Guia e o exercício de colocá-las em ação pretendem reverter o acelerado quadro de desnutrição que o país apresenta e às tendências de aumento da obesidade e de outras doenças crônicas relacionadas à alimentação.

É importante lembrar que toda ação humana estruturada é, implícita ou explicitamente, guiada por princípios, que neste guia estão assim expressos:

- 1) Alimentação é mais que ingestão de nutrientes [...]
- 2) Recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo [...]
- 3) Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável [...]
- 4) Diferentes saberes geram conhecimento para a formulação de guias alimentares [...]
- 5) Guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentação (BRASIL, 2014, 15-22).

Como é possível perceber, trata-se de noções fundamentais que orientam o trabalho sobre alimentação evidenciando uma concepção de alimento.

Por sua vez, a ANVISA (2003) também preparou uma cartilha explicativa, intitulada “Noções Básicas sobre Alimentação e Nutrição”. Ela traz uma abordagem bem didática e apropriada para a prática correta da alimentação e nutrição, para uma alimentação balanceada e equilibrada aliada a bons hábitos, como a prática regular de atividade física e que pode contribuir, assim, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida em qualquer idade.

Já a cartilha denominada “Alimentação Saudável, fique esperto!”, também produzida pela ANVISA, é bem direcionada ao público jovem. Ela trata do grande momento que é a hora das refeições e como este momento está relacionado a valores sociais, culturais, afetivos e sensoriais. Entre muitas dicas, alerta que uma alimentação saudável:

- Não precisa ser cara, pois pode ser feita com alimentos naturais, produzidos na região que vivemos;
- Deve ser colorida e composta por alimentos variados;
- É saborosa;
- Precisa ter qualidade e ser consumida na quantidade certa;
- Deve ser segura para o consumo, ou seja, estar livre de contaminação. (ANVISA, 2008, p.4).

Nesta cartilha aparece, ainda, um alerta sobre a influência de propagandas com alimentos que nem sempre são essenciais ou fazem bem para a nossa saúde. E lembra que a família, a escola e as indústrias devem contribuir para que a nossa sociedade seja mais saudável, buscando divulgar os benefícios de uma alimentação mais adequada às reais necessidades de organismo. Para isso, pode-se resgatar a cultura alimentar valorizando os alimentos saudáveis da região onde o sujeito está e resistindo aos apelos das propagandas.

Outro instrumento prático com fins de instrução é a Pirâmide Alimentar. Este material tem por objetivo fornecer informações gerais e ao mesmo tempo bastante úteis para a população sobre o consumo de uma alimentação saudável. Uma vantagem desse instrumento é que traz as informações sob a forma de ilustrações, dividindo os grupos de nutrientes e, também, mostra em sua base a importância da prática de atividade física associada à manutenção de um peso adequado e a necessidade de uma adequada hidratação do corpo. (PHILLIP et al., 1999).

Vale lembrar que suas informações não são destinadas a oferecer um aconselhamento nutricional personalizado, já que para casos individuais devem ser consultadas nutricionistas. Todavia, de forma geral, são dicas ilustradas de fácil compreensão permitindo uma conscientização dos hábitos e da postura alimentar.

Em síntese, o conjunto destes documentos, brevemente abordados aqui, traz uma visão panorâmica do que há disponível sobre o assunto na sociedade. E, em especial, para os educadores e educandos indicam a necessidade de que ações governamentais amparadas nos materiais de cunho legal e oficial devem ser efetivadas no âmbito escolar, pois se colocadas em práticas minimizariam os problemas da nutrição e alimentação no Brasil.

Desta forma, os profissionais que trabalham com educação de crianças e adolescentes necessitam compreender a importância que eles têm em relação à apropriação e socialização de conhecimentos relacionados à alimentação e nutrição, pois provavelmente implicará em mudanças de hábitos e posturas e, conseqüentemente, fomentará ações que produzirão cidadãos conscientes e convictos de que vale a pena ser saudável.

Assim, partindo do pressuposto que o adolescente do 8º ano do Ensino Fundamental, que na relação idade-ano escolar tem em média 13 anos, já tem uma noção sobre as características dos principais alimentos que consome, a proposição de trabalho na escola com esses educandos enfatizou a importância dos alimentos nutritivos e o hábito da ingestão adequada.

Esses aspectos foram exemplificados através do estudo do Guia Alimentar para a População Brasileira, da Pirâmide Alimentar oficial, das cartilhas da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária, do texto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de fragmentos de artigos científicos sobre o assunto, na relação com o conteúdo curricular sobre alimentação previsto na disciplina de Ciência como, por exemplo, trabalha-se no início do ano o conteúdo “alimentos e nutrição”, entre outros.

Dentre as atividades desenvolvidas na turma de 8º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto estão:

a) A apresentação do Guia Alimentar como principal instrumento de orientação para alimentação saudável. Foi realizada uma dinâmica em grupos, na qual os educandos estudaram partes do documento e trouxeram cada qual, para o coletivo da turma, uma reflexão e o debate de ideias.

b) O estudo da Pirâmide Alimentar. Após o estudo desse material foram elaborados cartazes sobre a Pirâmide Alimentar, trabalhando com recorte e colagem dos itens da Pirâmide para que todos aprendessem sobre a importância e a necessidade de cada nutriente. Nesta atividade foi realizado um trabalho interdisciplinar com habilidades para arte, e foram produzidos ótimos cartazes.

c) A produção de uma revista. Também neste sentido de interdisciplinaridade, aproveitando o conteúdo de Língua Portuguesa foi produzida uma revista sobre alimentação saudável e adequada, que trouxe um dinamismo bem interessante, colocando o educando como sujeito de transformação com ideias e conhecimentos adequados e de forma divertida sobre o assunto.

d) O trabalho com a Cartilha da ANVISA denominada “Alimentação Saudável, fique esperto!”. Foi trabalhado em sala de aula com esta cartilha, que traz um conteúdo sério, porém com uma apresentação bem divertida e todos gostaram.

e) O estudo de materiais complementares. Além destes materiais, mencionados acima, foram lidos fragmentos de artigos, seguidos pelo debate de ideias para melhor aprendizado.

f) A palestra com nutricionistas. Ainda, para discutir e aprofundar esse assunto na turma foi realizado uma palestra com nutricionistas. Elas apresentaram vídeos sobre a importância da alimentação saudável e adequada e desenvolveram dinâmicas para despertar o interesse e a conscientização dos educandos sobre o assunto, com atividades em grupos, debates de ideias e, ao final, todos confraternizaram com uma salada de frutas, aproveitando o momento para uma interação maior.

Com o estudo destes documentos e as atividades desenvolvidas em sala de aula, percebeu-se a necessidade de concretizar a implementação dos conteúdos sobre a alimentação saudável e adequada num eixo curricular buscando uma proposta metodológica coerente com

os princípios teóricos estabelecidos. Pois, especialmente em relação às questões da interdisciplinaridade e da transversalidade, a escola ainda se encontra diante de um enorme descompasso entre teoria e prática. Não é tão simples essa relação acontecer, uma vez que a escola dos dias atuais precisa superar a visão disciplinar com que tem trabalhado, precisa ser formada para o trabalho com temas transversais e com a interdisciplinaridade e, neste caso, é possível incorporar o conteúdo alimento e nutrição.

Com base nessas concepções, essa pesquisa defende a formação de educandos e a capacitação de professores e educadores para assumirem o desvelamento dessa escola, preocupada com o sujeito que a sociedade atual está demandando em prol de uma vida com bem-estar e qualidade.

Mesmo sabendo das dificuldades curriculares para inserir tal conteúdo no dia a dia, do desconhecimento e falta de ênfase nesse assunto, ainda que a saúde seja um tema transversal, a promoção da educação alimentar e nutricional merece ser trabalhada e discutida e a escola precisa ter esse olhar diferenciado e trabalhar pedagogicamente para contribuir com mudanças de hábitos e atitudes.

E, inclusive, lembrar e considerar que no contexto escolar também estão crianças e adolescentes que apresentam intolerâncias a alguns alimentos, o que demanda um envolvimento adequado da escola na refeição servida, tanto destes quanto dos demais alunos. Pois, para que a qualidade da vida alimentar seja promovida alunos, professor, nutricionista e pais e/ou responsáveis devem estar imbuídos nessa tarefa que é de todos, e não apenas escolar.

CONCLUSÃO

Nos dias atuais, a alimentação está entre as maiores preocupações sociais, pois intimamente relacionada à saúde e ao desenvolvimento global do ser humano.

No presente estudo foram discutidos aspectos que perpassam a importância da escola para a formação de hábitos alimentares saudáveis. É explícita a existência de um vasto material documental, legal e oficial, que contempla o tema da alimentação e nutrição, alertando, então, que são necessárias iniciativas de conscientização para uma efetiva educação alimentar, almejando saúde e qualidade de vida.

Na escola, o público alvo para essa reflexão foram os educandos do 8º ano do Ensino Fundamental, que estão numa faixa etária bastante complexa, por estar em fase de crescimento, precisando de muitos nutrientes, e por estar psicologicamente vulnerável em suas emoções. Isso porque, na adolescência, os aspectos psicossociais não vão influenciar

apenas os processos de nutrição, mas sim a busca da personalidade e a aceitação do próprio corpo que está se transformando.

Ao relacionar adolescência e alimentação vemos uma grande preocupação, pois os adolescentes trocam alimentos naturais por outros pouco saudáveis, preferem os alimentos industrializados, que estão muito mais cotados nas mídias, porém que trazem pouco ou nenhum benefício para o seu corpo.

Sabe-se que a propaganda é uma das principais formas de divulgar produtos. Seu papel é tornar o produto anunciado em algo mais desejado e necessário. Muitas vezes, para conseguir esse resultado, a propaganda tenta passar a ideia de sucesso e modernidade ao produto que está sendo divulgado e essa publicidade faz muita diferença na hora de tomar escolhas corretas ou não. Além da mídia, também a família influencia a escolha, em razão da educação alimentar que recebe em casa e dos valores que seus familiares passam desde os primeiros anos de vida.

Os hábitos alimentares dos adolescentes merecem atenção por estarem relacionados com a saúde e na escola relaciona-se também ao rendimento escolar. Nesta fase da vida, eles priorizam o momento, não se preocupando com as consequências desses hábitos a longo prazo. Como visto, o ato de comer está relacionado a valores sociais, culturais, afetivos e sensoriais e, na maioria das vezes, comer é um momento de prazer e confraternização com os amigos, então, come-se o que está na moda.

No Brasil, a preocupação aumenta porque os maus hábitos alimentares levam ao extremo dois problemas: de um lado a carência nutricional e de outro a obesidade, as síndromes metabólicas e outras doenças crônicas, que passam a ser problema de saúde pública.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os governos formulem e atualizem diretrizes sobre alimentação e nutrição. O Brasil desenvolveu políticas públicas que podem conduzir às práticas alimentares adequadas e saudáveis, conforme explicitado anteriormente.

O PNAE é uma das mais consistentes delas, considerando sua perenidade e sua abrangência, que contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e nutricional. Outra, muito significativa, é o Guia Alimentar para a População Brasileira, documento oficial que aborda princípios e recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, com o objetivo de melhorar os padrões de alimentação e nutrição contribuindo para a promoção da saúde.

Para os trabalhos pedagógicos, que podem ser realizados na escola, o Guia Alimentar é bastante prático e se assemelha a um manual didático, com uma linguagem acessível e com informações precisas sobre a valorização da alimentação.

Com o estudo desses documentos oficiais, envolvendo os alunos do 8º ano, foram colocadas em prática algumas atividades para fixar a aprendizagem sobre alimentação e nutrição, do direito a alimentação que a educação pode abordar e socializar a importância da segurança alimentar e nutricional.

Ao trabalhar com os alunos esses assuntos, os mesmos demonstraram interesse, porém há limites como a falta de uma estrutura adequada para tais atividades, o desconhecimento de direitos e políticas nesse âmbito, bem como de orientações básicas, além do papel dos professores nesse trabalho, pois muitos ficam receosos em desenvolver qualquer novo desafio. A especialização foi fundamental para que um passo inicial fosse dado na escola para trabalhar o tema.

E, neste caso, foram feitas atividades de forma pontual, como parte deste TCC, porém ao final das atividades os alunos se mostraram mais preocupados com qual tipo de alimentos deveriam ingerir e contribuíram com a troca de experiências sobre suas alimentações, ficando claro que vale a pena falar de alimentação saudáveis em todos os anos, e de forma contínua.

Sabe-se que para acontecer, de fato, mudanças efetivas nos hábitos alimentares dos adolescentes é preciso um maior comprometimento da escola, como um todo, mas não apenas dela. A escola deve ser pensada e planejada segundo suas características específicas, apesar de possuir vínculos institucionais com o sistema escolar. Sua autonomia deve ser entendida de forma relacional, dentro de um contexto de interdependência com a família e a sociedade propriamente, valorizando ações intersetoriais e com interdisciplinaridade. O envolvimento de toda comunidade escolar em prol da educação alimentar e nutricional requer o trabalho conjunto entre saúde e educação, e isso pode ser posto em prática. Todos podem integrar essa proposição, para a qualidade de vida e onde a educação alimentar faça parte das reflexões, contribuições e debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. **Alimentação Saudável: fique esperto!** Brasil: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/alimento_saudavel_gprop_web.pdf>. Acesso em: 20 de Out. de 2015.

_____. **Noções Básicas sobre Alimentação e Nutrição.** 2003.

ARCO-VERDE, Yvelise F. S. **Introdução às Diretrizes Curriculares**. Curitiba: SEED, 2006.

BARBOSA, N. V. S; MACHADO, N. M. V; SOARES, M. C. V; PINTO, A. R. R. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 18, n. n.4, p. 937-945, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 de Jan. de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 2013a.

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2013. 2013b. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

_____. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. **Manual das Cantinas Escolares saudáveis**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 2010b. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_cantinas.pdf>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

_____. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

_____. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial Nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas

Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, 2006. 2006b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=PIM&num_ato=00001010&seq_ato=000&vlr_ano=2006&sgl_orgao=MEC/MS>.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

FNDE. **Alimentação Escolar**. Brasil: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 27 de Jan. de 2016.

GANZELLI, P. O Processo de Planejamento Participativo na Unidade Escolar. **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 1, p. 1, 2000. Disponível em: <http://portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/ed1_artigopedroganzeli.pdf>. Acesso em: 02 de Nov. de 2015.

KRAUSE, M. V.; ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, L. K. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. São Paulo: Roca, 1998.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação, ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Svarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 7, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200008>. Acesso em: 08 de Jan. de 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Ciências**. Curitiba: SEED, 2008.

PHILLIP, S. T.; LATTERZA, A. R.; CRUZ A. T.R.; RIBEIRO, L. C. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. **Revista de Nutrição**, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 65-80, jan./abr. de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52731999000100006>. Acesso em: 08 de Jan. de 2016.

SANTOS, C. C.; RESSEL, L. B.; ALVES, C. N.; WILHELM, L. A.; STUMM, K. E.; SILVA, S. C. A influência da cultura no comportamento alimentar dos adolescentes: uma revisão integrativa das produções em saúde. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 4, p. 37-43, 2012. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=343#>. Acesso em: 08 de Jan. de 2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SARESP. **Relatório Pedagógico de Língua Portuguesa**. São Paulo: Governo do estado, 2011. Disponível em <<http://saesp.fde.sp.gov.br>>. Acesso em: 18 de Jan. de 2016.

TEICHMAN, I. M. Noções básicas de nutrição. In: _____. **Cardápios: técnicas e criatividade**. 4 ed. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1987. p. 18-33.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; BETZABETH, S. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001100009>. Acesso em: 08 de Jan. de 2016.